



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
GABINETE DO COMANDANTE  
(GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA)

**DIEx nº 438-A2.3/A2/GabCmtEx - CIRCULAR**  
**EB: 64536.012221/2019-83**

**Brasília, DF, 9 de maio de 2019.**

**Do** Chefe do Gabinete do Comandante do Exército

**Ao** Sr Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, Chefe do Centro de Controle Interno do Exército, Chefe do Centro de Inteligência do Exército, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Norte, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Oeste, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul, Comandante Militar do Planalto, Subcomandante Logístico, Subcomandante de Operações Terrestres, Subsecretário de Economia e Finanças, Subsecretário-Geral do Exército, Vice-Chefe de Material do Departamento de Ciência e Tecnologia, Vice-Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército, Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

**Assunto:** impedimento para o gozo de férias

1. A respeito do assunto, informo ao Senhor o seguinte:

a. consoante o art. 63, *caput*, da Lei nº 6.880, de 9 DEZ 1980, as férias são afastamentos totais do serviço, anual e obrigatoriamente, concedidos aos militares para descanso, **a partir do último mês do ano a que se refere e durante todo o ano seguinte**, constituindo-se, assim, em um direito do militar;

b. mais adiante, no § 4º, do citado art. 63, encontram-se elencadas as hipóteses em que o militar terá as férias interrompida ou **deixará de gozá-la na época prevista**, relacionando, entre outras, a situação subjetiva de “extrema necessidade do serviço”;

c. o art. 444 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), aprovado pela Portaria nº 816, de 19 DEZ 03, do Comandante do Exército, estatui que as férias se subordinam às **exigências do serviço**, podendo ocorrer situações que configurem, **a juízo da autoridade competente, extrema necessidade do serviço** e, então, o gozo do mencionado período de descanso poderá ocorrer fora do prazo assinalado no art. 63, *caput*, da Lei nº 6.880/1980 (a partir do último mês do ano a que se refere e durante todo o ano seguinte);

d. a Portaria nº 102 de 10 FEV 17, (delega competência para a prática de ato administrativo) **atualmente revogada** pela Portaria nº 1.700, de 8 DEZ 17, ambas do Comandante do Exército, atribuía competência aos chefes e comandantes do órgão de direção

geral (ODG), órgãos de direção setorial (ODS), órgão de direção operacional (ODOp), comandantes militares de área (Cmt Mil A) e dos órgãos de assistência direta e imediata (OADI) ao Comandante do Exército para declarar os casos de “extrema necessidade do serviço” que pudessem provocar o impedimento para entrar no gozo de férias ou à interrupção do gozo do período das férias, conforme previsto no Estatuto dos Militares;

e. a vigente Portaria nº 1.700/17, do Comandante do Exército, por seu turno, delegou, no art. 1º, inciso I, alínea “c”, nº 1, às autoridades administrativas retrocitadas, competência para **interromper** o gozo de período de férias, conforme previsto na Lei nº 6.880/1980, **silenciando**, entretanto, quanto à competência para declaração de “extrema necessidade do serviço” para que o militar deixe de gozar o período regulamentar de férias no prazo assinalado no art. 63, *caput*, da Lei nº 6.880/1980;

f. cumpre registrar, por importante, que os art. 21, inciso XVIII e 447 do RISG **atribuem aos comandantes, chefes ou diretores de OM competência para conceder férias** aos seus subordinados, mediante prévia inclusão no plano de férias;

g. destarte, ante as razões de direito trazidas à colação, especialmente à competência para concessão de férias pelos comandantes, chefes e diretores de OM aos seus subordinados, utilizando-se de uma interpretação sistemática, que é aquela que considera o sistema no qual se insere a norma, relacionando-a com outras concernentes ao mesmo objeto, as quais justificam a **atribuição de competência aos comandantes, chefes e diretores de OM, com autonomia administrativa**, para reconhecer a “extrema necessidade do serviço” que impeça o militar de iniciar o gozo do período de férias relativas a determinado ano, até 31 de dezembro do ano subsequente;

h. anota-se, por relevante, que consoante o art. 9º, § 1º, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto nº 98.820, de 12 JAN 1990 (RAE – R3), **unidade administrativa autônoma** é a que dispõe de organização e meios para exercer plena administração própria e **tem competência** para praticar todos os atos e fatos administrativos decorrentes da gestão de bens da União e de terceiros, bem como estudar, encaminhar, **dar parecer e julgar direitos**;

i. salienta-se que tal declaração (extrema necessidade do serviço) tem o condão de **permitir ao militar gozar o período regulamentar de férias fora do prazo assinalado no art. 63, caput, da Lei nº 6.880/1980**, não podendo ser indenizado e, tampouco, contado como tempo de serviço por ocasião de transferência para a reserva remunerada (art. 9º, inciso II e 36 da MP nº 2.215-10, de 31 AGO 01), devendo a exposição circunstanciada de motivos ser publicada em Boletim Interno; e

j. por fim, no caso de o militar peticionário encontrar-se em missão no exterior e, portanto, estar na situação de adido a determinado órgão (ODG, ODS, C Mil A ou OADI), deverá ser observado o preconizado nos art. 28 e 29 das Instruções Gerais para as Missões no Exterior (IG 10-55), aprovadas pela Portaria nº 577, de 8 OUT 03, do Comandante do Exército, no que for pertinente à questão em exame.

2. Assim, ante as razões de direito acima expendidas, considerando a omissão da legislação que trata da delegação de competência e, ainda, no contexto de uma interpretação sistemática de dispositivos da Lei nº 6.880/1980, do RAE e do RISG, verifica-se que **a competência para declarar** a “extrema necessidade do serviço” que impeça o militar de iniciar as férias relativas a determinado ano, até 31 de dezembro do ano subsequente, **é dos comandantes, chefes e diretores de OM, com autonomia administrativa**.

3. Na hipótese de o militar encontrar-se em missão no exterior ou cedido para órgão não pertencente ao Comando do Exército, a competência será do ODG/ODS/G Cmdo/OADI/OM de vinculação (adido).

4. Solicito, outrossim, **desconsiderar** a orientação para declaração dos casos de “extrema necessidade do serviço” que impeça o militar de iniciar as férias relativas a determinado ano, até 31 de dezembro do ano subsequente, consubstanciada no **DIEx nº 2.440 – A3.4/A3/GabCmtEx, de 1º OUT 18, deste Gabinete.**

Por ordem do Comandante do Exército.

**Gen Bda FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO JUNIOR**  
Chefe Interino do Gabinete do Comandante do Exército

**"CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL, 1919/1940:  
VETOR DE PROFISSIONALIZAÇÃO EM NOSSO EXÉRCITO"**